

PAINEL

RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
E ESTRATÉGIA

>> JOSÉ MEDEIROS FERREIRA: A DEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA
DA DEMOCRACIA PORTUGUESA ¹ | Teresa Patrício Gouveia

Há cerca de 1 ano, o Instituto Diplomático organizou 1 série de Conferências sobre os Ministros dos Negócios Estrangeiros, vistos por alguns dos seus sucessores.

Medeiros Ferreira falou sobre o MNE Mário Soares. Coube-me falar sobre JMF e a sua dupla passagem pelo Ministério NE.

Valeu-me, então, o privilégio de poder conversar com José Medeiros Ferreira e também o facto de essas duas passagens se encontrarem abundantemente documentadas.

JMF registou os seus pontos de vista e as suas ideias – ele era, sim, um historiador –, mas também as discutiu e argumentou, a cada passo, durante o exercício: antes de ser historiador, JMF era eminentemente um político.

Nessa conferência, lembro-me de Jaime Gama ter dito que Franco Nogueira se tinha feito político no Ministério. Não foi o caso de JMF: podemos dizer que foi político desde sempre. Foi ele próprio que me disse “tinha a consciência de que a minha geração teria grandes responsabilidades na condução das coisas do País e, por isso, preparei-me. Cheguei a Lisboa com a cabeça limpa...”.

É também um pouco temerário falar de um passado vivido por outros protagonistas que hoje aqui estão presentes.

Mas conforta-me o que um professor de Cambridge disse a um seu aluno: “never underestimate the pleasure that people get from hearing something they already know”

Da reflexão que então fiz, gostaria hoje de salientar três pontos:

1. JMF era, pois, em primeiro lugar, um político. A sua escolha para Secretário de Estado foi política e entrou no MNE como um político, para neutralizar as correntes do MFA representadas por Melo Antunes

Segundo Medeiros Ferreira, a escolha de Mário Soares “deveu-se à forma como ele, Medeiros Ferreira, defendeu a estratégia do PS em relação ao PCP e à ala radical do MFA, numa reunião na casa de Mitterrand”, (o qual pretendia ganhar as eleições francesas numa frente comum de esquerda com os comunistas).

Mário Soares, Secretário-Geral do Partido Socialista, depois de lhe perguntar como eram as suas relações com Ernesto Melo Antunes, pede-lhe para aceitar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e diz-lhe para esperar um telefonema do Ministro. O telefonema nunca veio: nas palavras de José Medeiros Ferreira, “foi um erro técnico”, do qual o novo membro do Governo tirou as devidas conclusões: “Eu era Secretário de

Estado, não por nomeação do Ministro, mas por indicação institucional do Partido Socialista e, a partir daí agi como força autónoma dentro do Ministério”. E diz isso mesmo a Melo Antunes: “Estou aqui em representação do PS”. A partir daí, há duas políticas externas no Palácio das Necessidades: José Medeiros Ferreira descreve assim a sua relação com o Ministro: “Quando tomo posse sem que ele me tenha falado, olho para ele como um poder paralelo e não como um poder hierárquico. Porque eu também sou institucional.”

Nesse contexto, a prioridade política de José Medeiros Ferreira é fazer a separação das águas entre a linha europeísta e atlantista e a linha neutralista e africanista. Essa separação é indispensável para dar coerência à estratégia do PS: a “opção europeia” é inseparável da institucionalização em Portugal de uma democracia pluralista e civilista de tipo ocidental.

Obviamente, a separação implica uma rutura política entre Melo Antunes e Medeiros.

E aqui chegamos ao segundo ponto que eu queria sublinhar:

2. JMF mudou radicalmente a política externa portuguesa: Tinha pensado longamente sobre as prioridades nacionais depois da mudança de regime do fim do ciclo imperial e impôs, de facto, uma nova política.

José Medeiros Ferreira é o **autor** da política alternativa, que dá prioridade à integração europeia e ocidental da democracia portuguesa, contra a continuidade da linha africanista e as derivas neutralistas.

A sua orientação clara está expressa numa entrevista a Mário Bettencourt Resendes, publicada pelo **Diário de Notícias**, em Abril de 76, nas vésperas da eleição da Assembleia da República: “Certos teóricos dizem que o Mediterrâneo é o eixo da política externa portuguesa. Isso é errado. O eixo da política externa portuguesa é a Europa e o Atlântico. | ... | Fugir ao Atlântico, /.../seria apenas acentuar a nossa periferia | ... |. A nossa posição na aliança ocidental é a de defender a Europa ocidental e o Atlântico | ... |. A França e a Espanha podem optar por uma política mediterrânica: Portugal não pode | ... |. É um país pequeno e terá de defender as suas fronteiras muito longe deles. A nossa integração na NATO corresponde a essa visão estratégica. A defesa da nossa fronteira terrestre começa em Berlim e o Pacto do Atlântico garante-nos ainda o acesso a esse oceano que nos leva aos Açores e à Madeira ” – os seus lugares de eleição.

A fronteira estratégica de Portugal desloca-se, assim, do Cunene e do Rovuma para Berlim e para o Atlântico Norte: o ciclo colonial africano está encerrado e vai começar um novo ciclo europeu e ocidental. A realidade da democracia portuguesa substitui os mitos imperiais do salazarismo e as miragens do “socialismo mediterrânico”.

Em Julho de 76, José Medeiros Ferreira é Ministro do I Governo Constitucional, o 1º ministro dos Negócios Estrangeiros da democracia portuguesa. Diz ele: “Devo a Mário Soares ser Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e a mim próprio ser Ministro da pasta, para a qual me preparara no exílio”. A sua estratégia está descrita, com todo o rigor, no Programa de Governo, onde ficam já claras as prioridades e expressas as rupturas.

Desde logo, define a prioridade da “opção europeia”, recuperando quase **expressis verbis** os termos da tese do Congresso de Aveiro, para que não subsistissem dúvidas sobre a identidade do seu autor principal: [“Com

o encerramento do ciclo do império, acentuou-se decisivamente a componente europeia da política externa portuguesa. A vocação europeia de Portugal é indesmentível e irrecusável”.]

“Urge assim encarar de frente o problema da adesão de Portugal às diferentes instituições europeias: o Conselho da Europa, a CEE, EFTA, Pacto do Atlântico, Conferência de Helsínquia. As relações com o Terceiro Mundo são a última alínea.

As suas primeiras viagens oficiais, escolhe fazê-las à RFA e a França.

Um dos principais desígnios da integração europeia é assegurar a independência do Estado no quadro peninsular, pelo que a adesão de Portugal antes da de Espanha seria crucial.

A opção atlantista e europeia é uma **posição irreversível**.

A nova teoria da política externa portuguesa contemporânea (grosso modo, desde o fim do século XIX, ou desde a I República) de JMF está nos artigos e ensaios que escreve nos anos seguintes e, no fundo, diz o seguinte: a política externa portuguesa não é unidimensional (como queriam Franco Nogueira e Melo Antunes), nem dicotómica, presa numa dialética entre a “Europa” e o “império” (a velha teoria do nacionalismo republicano), é tridimensional e inclui uma dimensão atlântica (os Estados Unidos, a NATO), uma dimensão europeia (a Espanha, a integração europeia) e uma dimensão africana (as colónias, os novos Estados independentes). Historicamente, o peso relativo tem variado.

A urgência de uma clarificação política de Portugal junto da comunidade internacional, explicam a imediata explosão de iniciativas diplomáticas do novo Ministro.

Segundo Vitor Cunha Rego, o ministro “de um dia para o outro fez do pedido de adesão um ato consumado e”, acrescenta, “teve que enfrentar outros membros do governo, seus colegas, mais timoratos, correndo todos os riscos.”

Em Janeiro de 77, em Estrasburgo (Conselho da Europa), MF declara que Portugal só aceitará o estatuto de membro de pleno direito.

O Conselho Europeu de 8 de Fevereiro teria uma palavra determinante. Uma ronda do PM Mário Soares pelas capitais, de modo a garantir uma resposta positiva às pretensões portuguesas, estava planeada para a semana seguinte. São convocados às Necessidades todos os 9 embaixadores portugueses naqueles países que haviam aceitado receber a visita do PM.

Deveriam os embaixadores portugueses fazer saber que Portugal recusaria qualquer outra situação que não a adesão e que, caso fosse intenção de algum deles em recusá-la, deveriam comunicá-lo previamente à deslocação do PM. Isto significava, na prática, que, aceitando que o PM os visitasse se vinculavam a uma explicitação positiva no Conselho em Bruxelas.

A mensagem para as capitais era <<tudo ou nada>>.

Faltavam 4 dias para esse Conselho e 10 para o início da viagem do PM. A reunião das Necessidades fora a uma 6ª feira. Na prática, os Embaixadores dispunham da 2ª feira seguinte.

É MF que recorda que o PM manifestou a sua “apreensão” sobre esta operação: “Numa conversa digo-lhe «uma coisa é certa: se descolar da Portela de Sacavém para fazer as viagens, a resposta do nosso pedido de adesão será afirmativa.» Nessa reunião, Soares diz-me «Você está a jogar muito forte à minha custa», e eu respondo-lhe «se correr mal, serei o primeiro a fazer uma declaração pública, chamando a mim próprio toda a responsabilidade (...) mas estou convencido que a resposta será afirmativa.» (entrevista em 99)

A verdade é que ambos sempre foram grandes jogadores. E, sobretudo, convictos europeístas. Os jogadores não se enganaram.

Os 9 Estados membros também não, diga-se também. Embora hoje, sabendo o que sabemos, possamos imaginar que alguns deles pensem o contrário.

A 28 de Março Portugal apresenta a candidatura oficial a membro das Comunidades Europeias. A 5 de Abril, 10 dias depois, o pedido é aceite.

Finalmente:

Quando 25 anos depois de JMF ser MNE, aconteceu que exerci as mesmas funções. Posso dizer sem dúvida que, a política externa por ele definida no fim da revolução continuava em vigor. É este o terceiro e último breve ponto que queria sublinhar: a política fixada por JMF tinha, de facto, passado a ser a política externa da democracia portuguesa e é esse o seu legado e aquilo que o torna único entre os MNEs do Portugal do pós-25 de Abril.

JMF terminou a sua conferência sobre Mário Soares com uma pergunta: seria irreversível a política europeia por este lançada? Hoje, 36 anos volvidos sobre os acontecimentos, a resposta é inequívoca: **JMF tornou-a irreversível.**

Medeiros Ferreira intitulou essa conferência “À procura do tempo perdido”.

Ao pensar no percurso de Medeiros Ferreira o título que me ocorre é sobretudo «O Tempo Reencontrado». Ou melhor, a ideia do encontro com o tempo. Os seus tempos.

JMF não só reconhece o seu tempo, à medida que este corre e se transforma vertiginosamente, como inter-vém nele com felicidade existencial ou com resistência, **estejam ou não estejam os ventos de feição.**

Encontros diversos.

Encontro com o movimento académico: é ele quem nos diz: “foi como se um encontro com o destino estivesse marcado”; encontro com a Europa, no exílio e ao retornar a Portugal; encontro com o tempo ao pertencer a uma geração que viveu e conduziu (com 30 anos de idade!!) as transformações do regime de ditadura para a democracia; encontro com o cargo de MNE, quando havia todas as escolhas a fazer; encontro com a política, sempre; encontro com a vida, afinal.

Há também um parágrafo nas suas memórias bastante eloquente, e que vou ler, para terminar:

“Quando chegou o momento de regressar definitivamente a Portugal, fiz o ponto da situação com a Maria Emília. Tínhamos ambos boas situações profissionais na universidade, gostávamos da vida quotidiana em Genebra, fizéramos amigos, acabara de nos nascer um filho, de certa maneira estávamos preparados para

uma mais longa estada na Suíça, inclusive para acabar as teses de doutoramento em gestação. Mas regressar imediatamente era tão óbvio que, no verão, desmantelámos o apartamento da Rue de la Servette com a ligeireza de quem cumpre um destino amigo.”

Um destino amigo.

Não se podia dizer melhor.

¹ Texto adaptado da Conferência “José Medeiros Ferreira: a redefinição da posição de Portugal no Mundo”, proferida no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 23/04/2013, integrada no Ciclo «Diplomacia e Política Externa»